

POR LISBOA 2014 – 2020 |
[mapeamento de equipamentos educativos/formativos]

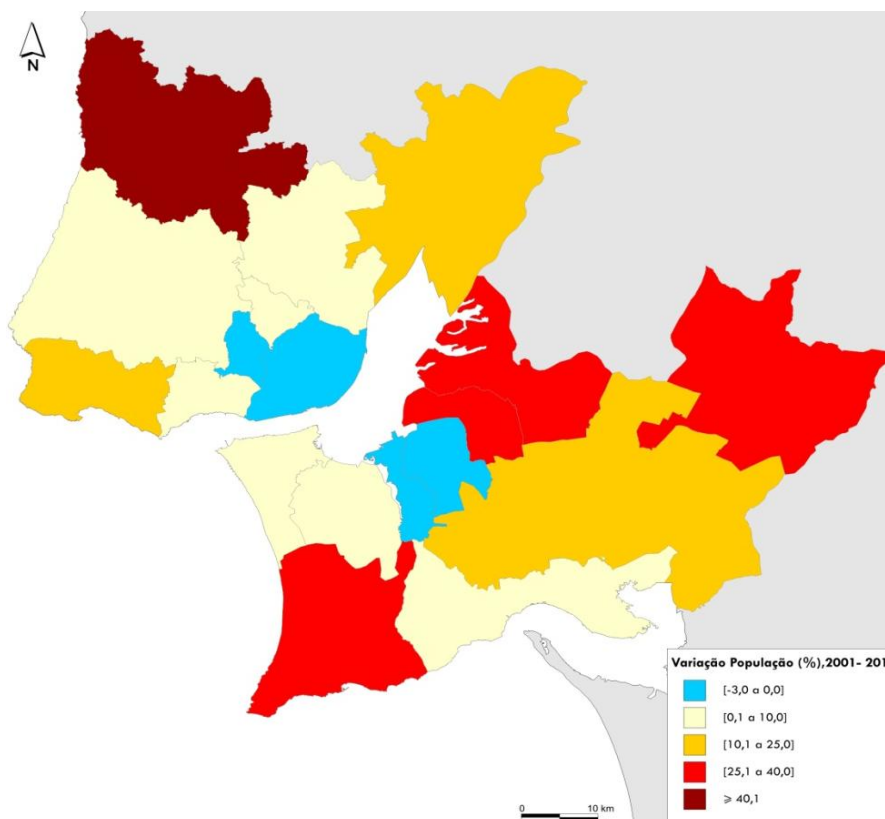
Dezembro 2015

1. Dinâmica populacional positiva como garante de sustentabilidade demográfica

No último período intercensitário (2001-2011), a Região de Lisboa manteve a sua capacidade de atração populacional, tendo crescido 6%. Esta tendência manifesta-se bastante superior à registada no país (2%). Em 2011, residiam na Região 2.821.876 pessoas, o que representa 26,7% da população nacional. Alargando a análise ao período 1991-2011, constata-se que a Região de Lisboa, regista, em cada década, uma taxa de crescimento homóloga de 6%, o que é indicativo da sua estrutura etária globalmente mais jovem e da estabilidade da sua capacidade de atração de população, nacional e estrangeira.

Não obstante, a distribuição espacial da população registou transformações relevantes, em linha com o processo de metropolização da Região, observando-se uma perda populacional no concelho de Lisboa (524.282 residentes) e da sua envolvente imediata, a par de um crescimento demográfico dos concelhos mais afastados, nomeadamente na segunda coroa exterior a Lisboa com destaque para os concelhos de Mafra (42%), Alcochete (35%), Sesimbra (32%) e Cascais (21%).

Varição Populacional (2001/2011), por Concelho na Região de Lisboa



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Censos 2001 e 2011.

A estrutura da população e a estruturação familiar registaram também alterações no decurso da última década, ilustrativas de mudanças nos padrões comportamentais dos residentes. No caso da população jovem (até aos 14 anos) registou-se um aumento, de 14,9% para 15,5% (448.181 residentes), embora mais ténue do que o verificado no âmbito da população idosa (com 65 ou mais anos), que aumentou de 15,4%, para 18,2% (547.198, residentes).

Este padrão médio reflete uma estrutura etária idêntica entre a população residente na Grande Lisboa e na Península de Setúbal, com a população idosa a assumir uma relevância superior à da população jovem. Uma análise desagregada à escala concelhia evidencia Lisboa como o concelho mais envelhecido, registando a menor incidência de população jovem (12,9%) e a maior expressão da população com 65 ou mais anos (23,9%). Entre os restantes, destacam-se pela maior expressão do segmento de população com idades até aos 14 anos, os concelhos de Mafra (18,7%), Sintra (17,6%) e Vila Franca de Xira (17,2%) localizados na Região de Lisboa, e os concelhos de Alcochete (19%), Palmela (17%) e Setúbal (16,1%) e Sesimbra (14,4%), na NUTS III da Península de Setúbal.

Apesar do decréscimo da natalidade, que manifesta uma continuação da tendência de queda entre 2001 e 2011 (11,9‰ e 11‰), a Região apresenta valores bastante superiores à média nacional (9,2‰, em 2011).

Em conclusão, a elevada concentração populacional e as dinâmicas demográficas mais favoráveis que as médias nacionais, conferem à Região um papel importante na renovação e sustentabilidade demográfica nacional e contribuem para uma estruturação populacional em que a população jovem assume uma relevância ainda significativa. Esta dinâmica demográfica global e a existência de dinâmicas internas muito significativas geram novas necessidades de resposta ao nível dos equipamentos educativos.

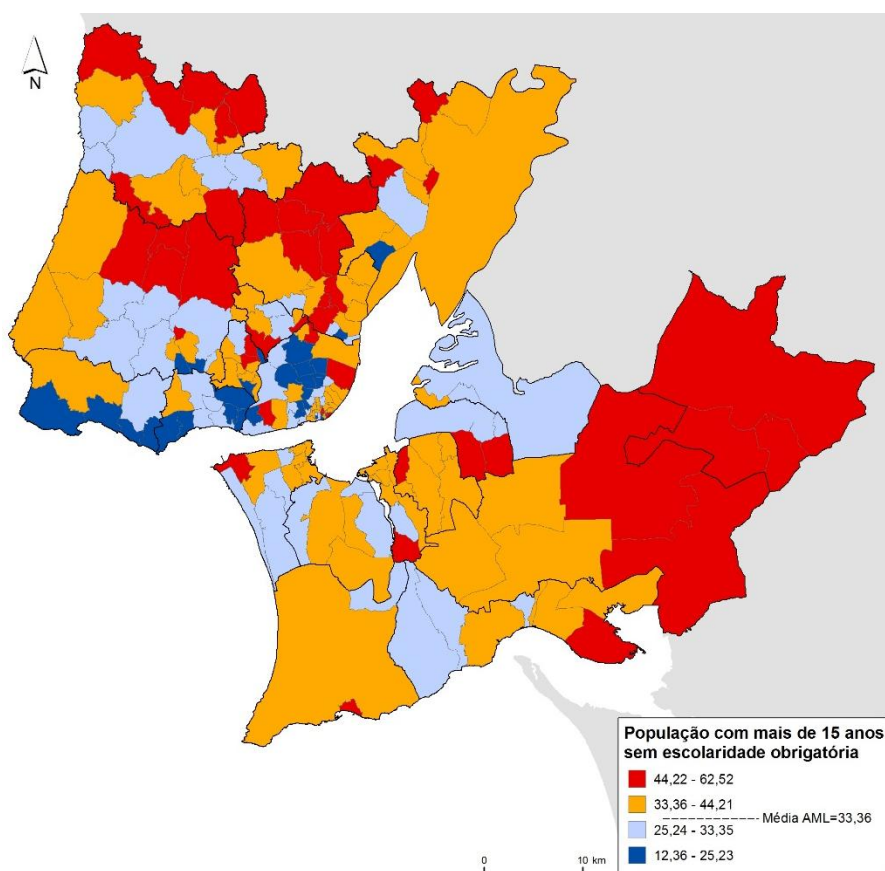
2. Fortes investimentos na qualificação do parque educativo, com impacto na melhoria de indicadores

Nos últimos anos, a Região registou importantes progressos no que trata à educação e formação. Como principais melhorias destaca-se a redução das situações de analfabetismo, que em 2011 configuravam situações muito residuais (3,2%), e a inserção no sistema de ensino da maioria das crianças e jovens em idade escolar, com apenas 1,7% da população residente com idades entre os 6 e os 15 anos a não frequentarem o sistema de ensino.

Contudo, a análise de alguns indicadores da educação e da formação na Região ilustram vulnerabilidades importantes: elevada taxa de abandono precoce, um dos indicadores utilizados na monitorização da estratégia Europa 2020, que em 2012 era de 20,1%, próxima da registada ao nível

nacional (20,8%), mas claramente superior à média europeia (12,2% UE27); importantes níveis de insucesso escolar (taxas de retenção e de desistência de 8,9%, em 2011), superando a média nacional (7,5% em 2011). Acresce que, em 2011, a população residente sem nenhum nível de escolaridade completo era considerável (6,9%) e a população residente com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade a frequentar o ensino pré-escolar era de 69,1%, indicativo de que mais de ¼ deste segmento da população permanecia fora do sistema educativo, ingressando apenas aquando da entrada no 1º Ciclo do Ensino Básico.

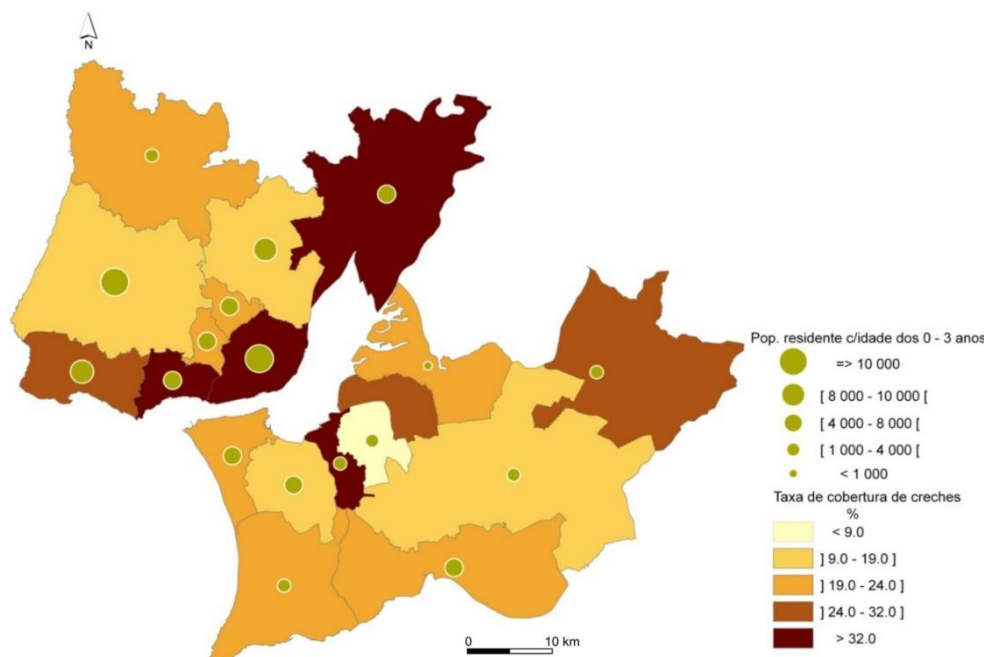
População com mais de 15 anos sem escolaridade obrigatória (%), 2011



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Censos 2011

Também no caso das creches – resposta social de âmbito socioeducativo destinada a crianças até aos 3 anos de idade –, verifica-se que as taxas de cobertura eram, em 2011, ainda muito baixas: a capacidade rondava os 32.262 lugares (taxa de cobertura de 28%).

Taxa de cobertura das creches (%) 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, Carta Social, GEP-Gabinete de Estratégia e Planeamento, MTSS

Paralelamente, a taxa de participação dos jovens em cursos profissionais no ensino secundário regular aumentou de 7,3% para 20,8%, entre 2005 e 2011, bem como a taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens, passou de 30,3% para 38,3%, no mesmo período. No ano letivo 2010/2011, cerca de 45.000 indivíduos participaram em políticas ativas de educação, nas modalidades de educação/formação orientadas para adultos, sendo que 37% frequentaram os Cursos de Educação e Formação de Adultos (CEFA) e 63% os Processos de Reconhecimento de Validação e Certificação de Competências (RVCC), modalidades de ensino que têm vindo gradualmente a substituir o ensino recorrente (3.898 indivíduos, em 2010/2011).

A consolidação das redes de equipamentos educativos/formativos são essenciais na promoção de quadros de vida mais qualificados, assim como para assegurar o potencial de atração de uma Região. Nas últimas décadas, em resultado dos esforços de investimento realizados, a Região de Lisboa concentra um conjunto de equipamentos muito qualificados, na área da educação e formação. O crescimento da oferta de equipamentos resulta, em parte, do aumento significativo da oferta de ensino pré-escolar e a melhoria dos equipamentos escolares (ao abrigo do Contrato de Delegação de Competências sem Subvenção Global assinado com a Área Metropolitana de Lisboa, estão em curso ou foram encerradas 52 operações de requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar). Não obstante, perduram ainda necessidades de modernização e racionalização

de algumas redes municipais e supramunicipais e é necessário alargar e intensificar as respostas formativas para uma mais significativa formação de quadros médios especializados.

3. Perspetivas de evolução da procura dos equipamentos educativos

Criado com a finalidade medir o impacto do alargamento da escolaridade obrigatória o “Modelo de previsão do número de alunos em Portugal” tem vindo a ser aplicado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC). O modelo de previsão aplicado em 2013, tendo por dados base as estatísticas oficiais de 2012/13, e estendendo o horizonte temporal até 2018/19, permite compreender não só para o país como para as Regiões as dinâmicas de procura dos diversos equipamentos educativos.

Este instrumento é extremamente importante na medida em que no futuro próximo em Portugal o sistema educativo sofrerá o impacto de duas tendências com forças opostas. Por um lado, ocorrerá um aumento do número de alunos devido ao alargamento da escolaridade obrigatória e, por outro lado, dar-se-á uma diminuição do quantitativo de alunos devido à quebra acentuada da natalidade. Todavia estas tendências terão efeitos diferenciados consoante os níveis de ensino e consoante a dinâmica demográfica dos diferentes territórios.

No caso da Região de Lisboa, embora se preveja uma redução de 5% do número de alunos, até 2018/19, no primeiro ciclo do ensino básico, esta não será tão significativa como nas restantes das regiões de Portugal Continental. Assim, a Região deverá passar de 161.562 alunos, em 2012/13 para 154.033, 2018/19.

Todavia esta redução, não se fará de forma linear. Neste nível de ensino deverá verificar-se um aumento no número de alunos nos anos letivos de 2014/15 e em 2016/17 e uma redução nos anos letivos de 2017/2018. O maior aumento irá sentir-se em 2014/15 e 2016/17, no 1º ano de escolaridade com um aumento de 2,7% e 2,8% respetivamente.

No segundo ciclo do ensino básico, embora se preveja um pequeno decréscimo no número de alunos (0,6%) em alguns anos letivos, este manter-se-á de um modo geral estável. A tendência de perda de alunos no ensino básico será, segundo as previsões, invertida nos próximos anos no 3.º ciclo do ensino básico para a Região de Lisboa. A este nível prevê-se um aumento contínuo, que no final do período em análise significará um aumento de 2% no número total de alunos e de 5% nas outras modalidades

No ensino secundário, à semelhança das restantes regiões do continente, deverá verificar-se um aumento para cerca de 3 mil alunos nos próximos anos na região de Lisboa, principalmente no 10.º ano,

passando-se de 48.353 alunos, em 2012/2013, para 50.708, em 2017/2018. Neste nível de escolaridade prevê-se um aumento cumulativo de cerca de 4% de alunos nos próximos anos, devido sobretudo ao aumento de 5% previsto para o ano letivo de 2015/16.

Para as outras modalidades do ensino secundário também se prevê um crescimento na ordem dos 2% no ano letivo de 2013/14, seguindo-se um crescimento mais lento nos anos letivos seguintes com taxas de crescimento anual iguais ou inferiores a 1%.

Em suma, o número de alunos na Região de Lisboa, que em 2012/2013 se situava nos 503.026 deverá atingir o seu máximo no ano letivo 2016/17 (507.941 alunos), recuando posteriormente até 2018/19 para 503.111.

4. O POR Lisboa, enquanto instrumento fundamental para assegurar a conclusão do processo de qualificação das redes educativas e formativas

Em função do diagnóstico realizado, suportado em diversos documentos estratégicos enquadradores (PAR Lisboa), dos levantamentos efetuados ao estado de conservação dos equipamentos e das projeções regionais da evolução do número de alunos “Previsão do número de alunos em Portugal por regiões, 2013-2019”, (DGEEC) e municipais (Cartas Educativas dos Municípios), a Região definiu como prioridades principais nesta dimensão da oferta educativa/formativa:

- O reforço da rede de pré-escolar;
- A requalificação de equipamentos escolares do ensino básico e secundário com elevados graus de degradação;
- A criação e/ou requalificação de infraestruturas de formação, incluindo o apetrechamento de equipamentos.
- A aquisição de equipamentos para a modernização das condições pedagógicas do ensino superior.

Assim, o POR Lisboa, no âmbito da PI 10.5 “Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas”, definiu como objetivos específicos “Requalificar as infraestruturas do Ensino Profissional e Pré-escolar, Básico e Secundário” e “Reforçar as capacidades do Ensino Superior”. Para a sua operacionalização privilegiará ações focadas nas

infraestruturas do pré-escolar, básico e secundário, bem como no equipamento no ensino profissional e superior nomeadamente:

- Requalificação e ampliação das infraestruturas do ensino pré-escolar, básico e secundário.
- Apetrechamento das escolas de ensino profissional (equipamento tecnológico, criação de laboratórios e acesso a TIC de última geração);
- Reforço das capacidades da rede de ensino superior.

Neste contexto foi adotada uma metodologia aprofundada de diagnóstico do estado atual do parque escolar da Região de Lisboa e de identificação de necessidades de intervenção no período 2014-2020:

- Pré-identificação de necessidades no quadro do processo participativo de elaboração do Plano de Ação Regional 2014-2020 (PAR Lisboa) e do Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020 (POR Lisboa), que envolveu atores da administração local e central;
- Diagnóstico aprofundado de necessidades de intervenção local, por parte das 18 autarquias locais e da Área Metropolitana de Lisboa (AML), no quadro da elaboração da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da AML e definição de prioridades, detalhe de intervenções e quantificação de investimentos no âmbito da preparação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da AML;
- Realização de reuniões de concertação entre os vários atores envolvidos (Ministério da Educação, AML, Municípios) para a definição de prioridades de atuação;
- Articulação do quadro operativo de intervenção no parque escolar da Região com o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito do qual foi mobilizada a Prioridade de Investimento 10.5 para os investimentos em infraestruturas de educação pré-escolar, do ensino básico e secundário.

Em resultado deste exercício sistemático as necessidades de intervenção no parque escolar da Região de Lisboa correspondem a um montante de investimento total de cerca de 96 milhões de euros, que abrangem 197 equipamentos dos níveis de ensino pré-escolar, básico, secundário, profissional e superior.

Necessidades de Investimento em Equipamentos na Região de Lisboa

Nível de Ensino	Equipamentos (Nº)	Investimento (mil €)
Ensino pré-escolar	4	242
Ensino básico	172	46.873
Ensino secundário	5	24.847
Ensino profissional (equipar estabelecimentos)	8	8.000
Ensino superior (equipar estabelecimentos)	8	16.000

Fonte: MEC, AML e Câmaras Municipais da Região de Lisboa

Estas intervenções estão sobretudo associadas à requalificação e reabilitação de infraestruturas escolares existentes do ensino básico, em que foi privilegiada a otimização das infraestruturas, na procura de melhores e mais adequadas condições de desempenho às exigências atuais.

O valor de investimento previsto ultrapassa substancialmente as dotações previstas no POR Lisboa na Prioridade de Investimento 10.5, devendo a resposta a este quadro de necessidades ser também apoiada exclusivamente através da mobilização de fundos nacionais e locais.

Neste sentido, os apoios a conceder no âmbito do POR Lisboa no que respeita à requalificação e ampliação das infraestruturas do ensino pré-escolar, básico e secundário, sujeitos a mapeamento, privilegiarão o quadro de intervenção prioritária identificado e consensualizado entre os vários atores, constante do quadro seguinte.

Quadro de Referência de Investimento em Equipamentos na Região de Lisboa

Nível de Ensino	Equipamentos (Nº)
Ensino pré-escolar	4
Ensino básico	171
Ensino secundário	2

A seleção e prossecução das intervenções a apoiar obedecerão aos princípios orientadores, que emergem do documento programático:

- As operações destinadas a infraestruturas do ensino pré-escolar, básico e secundário serão pontuais e integradas necessariamente em territórios com especial vulnerabilidade económica e social, de modo a colmatar situações deficitárias em territórios críticos objeto de intervenções integradas de regeneração urbanística e social;
- As operações em infraestruturas escolares ou de formação devem restringir-se a casos devidamente fundamentados como a conclusão de redes, com demonstração da sustentabilidade de médio prazo da procura, ou a necessidade de reequipamento de infraestruturas, por forma a, designadamente, habilitá-las melhor face à evolução das necessidades do mercado de trabalho, no quadro da continuação ou mesmo do reforço da aposta na formação profissional de jovens e adultos.

Neste enquadramento, podem apontar-se como critérios-base para justificação do apoio:

- A dinâmica demográfica positiva, nomeadamente acréscimo da população em idade escolar;
- Os níveis de pré-escolarização e escolarização existentes e as metas a prosseguir;
- Os impactes do aumento da escolaridade obrigatória;
- A coerência e complementaridade com os investimentos recentes realizados no parque escolar;
- A degradação do edificado e infraestruturas existentes;
- As necessidades de reequipamento.